



Contra o Retrocesso na Moderação de Conteúdo da Meta e os Ataques à Regulação Democrática do Espaço Digital

8 DE JANEIRO DE 2025 / NOTAS, REGULAÇÃO DE PLATAFORMAS

📄 CDRPL2630, PL2630, PLFAKENEWS

[*Assine aqui!*](#)

English version [here!](#)

Versión en español [aquí](#)

Nós, os signatários, manifestamos nosso mais veemente repúdio ao [recente pronunciamento de Mark Zuckerberg](#), CEO da Meta, no qual ele anuncia medidas que representam um grave retrocesso na já problemática moderação de conteúdo nas plataformas Facebook, Instagram e Threads. Sob o pretexto de “restaurar a liberdade de expressão”, as propostas delineadas não apenas colocam em risco grupos vulnerabilizados que usam esses serviços, mas também enfraquecem anos de esforços globais para promover um espaço digital um pouco mais seguro, inclusivo e democrático.

Zuckerberg propõe substituir checadores de fatos por um sistema de “notas comunitárias” (seguindo o modelo problemático do X) e pretende reduzir drasticamente filtros de moderação, priorizando apenas violações “graves” (sobre terrorismo, exploração sexual infantil, drogas e fraudes). Ou seja, a empresa sinaliza que não terá mais ações de moderação de conteúdos contra desinformação, discurso de ódio e outras políticas de proteção a favor das pessoas mais vulnerabilizadas. O CEO da Meta explicitamente admite aceitar os riscos de que essas novas políticas possam filtrar menos conteúdos nocivos do que as anteriores.

Atualmente, já é notável ao redor do mundo serem falhas as Políticas de Moderação de conteúdo das redes da Meta, dando margem à práticas de violência de gênero, afetando a proteção de crianças e adolescentes, crescimento de grupos que propagam discurso de ódio e desinformação, além de outras violações de direitos humanos. As novas medidas propostas pioram a situação ao **negligenciar os impactos reais dessas práticas de violência online**, além de abrir caminho para a proliferação de conteúdos prejudiciais que desestabilizam sociedades e minam processos democráticos.

Outra mudança anunciada foi a adoção de uma abordagem caracterizada como “mais personalizada” para conteúdos políticos, ampliando a recomendação dessas mensagens. Em que pese a ausência de clareza sobre a medida, ela sinaliza a ampliação das “bolhas”, em detrimento do debate democrático aberto sobre temas de relevância pública. Estudos já mostraram como efeitos bolha potencializam a construção e reprodução de visões baseadas em desinformação, discurso de ódio e conteúdo prejudicial que limitam o debate democrático e a construção de sociedades mais justas.

O discurso da Meta se alinha com uma retórica preocupante que **afronta iniciativas regulatórias legítimas e necessárias de governos e da sociedade civil em diversas partes do mundo, incluindo a América Latina**, generalizando essas ações como “censura” ou “ataques a empresas estadunidenses”. Ao fazer isso, a Meta ataca de forma aberta os esforços soberanos e democráticos de nações em proteger suas populações contra os danos provocados pelas Big Techs. Com isso, prioriza, mais uma vez, os interesses estadunidenses e os lucros de sua corporação em detrimento da construção de ambientes digitais que prezam pela segurança de seus consumidores.

A proposta de “trabalhar com o presidente Trump para combater regulações ao redor do mundo” **explicita uma posição alinhada a interesses que beneficiam as plataformas digitais por serem contrárias ao progresso regulatório** que visa proteger direitos humanos fundamentais ao responsabilizá-las pelas externalidades negativas de seus modelos de negócios. Ou seja, ao contrário da proposta de “reduzir a tendência ao viés” (da moderação de conteúdo), essa política por si só é enviesada para uma ideologia contrária a direitos fundamentais. A Meta poderia promover a liberdade de expressão por meio de medidas de transparência e *accountability*, no entanto, opta por “simplificar” as medidas de moderação de conteúdo alinhado ao discurso propagado pelo recém-eleito governo de Trump.

O anúncio de Zuckerberg é emblemático de **um problema estrutural: a concentração de poder nas mãos de corporações que atuam como árbitros do espaço público digital**, enquanto ignoram as consequências de suas decisões para bilhões de usuários. Esse retrocesso não pode ser visto como um mero ajuste de políticas corporativas, mas como um ataque frontal desse monopólio de plataformas digitais às conquistas de uma internet mais segura e democrática.

Reafirmamos que a liberdade de expressão não pode ser usada como escudo para legitimar práticas que promovam violência, desigualdade e desinformação. O recente pronunciamento do CEO da Meta demonstra como a autorregulação das grandes plataformas digitais tem se mostrado insuficiente, sujeitando a adoção, atualização ou suspensão de qualquer política ao arbítrio unilateral das empresas. Cabe aos Estados e à sociedade civil fortalecer mecanismos regulatórios públicos e sociais que coloquem as pessoas e os direitos humanos acima dos lucros.

Exigimos que as plataformas lideradas por Mark Zuckerberg revejam essas medidas e assumam sua responsabilidade no combate ao discurso de ódio, à desinformação e à exploração online. Também conclamamos governos e organizações ao redor do mundo a intensificar os esforços para criar um arcabouço regulatório global que proteja os direitos digitais e garanta que o espaço digital seja um ambiente seguro, justo e democrático para todos.

Este é um momento crucial. O futuro do espaço digital depende de nossa capacidade coletiva de resistir a retrocessos e avançar em direção a uma governança digital centrada nas pessoas e

no planeta.

SIGNATÁRIOS

ABJD – Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia

Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

ADUR/RJ – Associação Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

AMC – Associação Mulheres na Comunicação

Aláfia Lab

ANDA – Agência de Notícias de Direitos Animais

Aqualtune Lab

Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – Abraço Brasil

Associação Cultural Alquimídia

Bloco Não é Não – Goiânia, Goiás/Brasil

Cátedra Sustentabilidade – Universidade Federal de São Paulo

CC/DC – Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da Universidade Federal da Bahia

CENARAB – Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileiro

CEPAD – Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso – UFBA

Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC

Ciranda Comunicação / Associação Internacional de Comunicação Compartilhada (Compas)

Coding Rights

Coletivo Digital

Coletivo População Negra e Saúde Digital

Coletivo Soylocoporti

Compolítica – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política

Cooperativa Tierra Común – México

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Daniela Hirsch

data_labe

Data Privacy Brasil

Digital Action

Dimicuida

DiraCom – Direito à Comunicação e Democracia

Ebaplay Ind. e Com. Ltda

FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Fórum para Tecnologia Estratégica dos BRICS+

Fundación Huaira – Equador

Fundación Internet Bolivia.org

Fundación Karisma

Fundación Taigüey – República Dominicana

GEPEADS/UFRRJ – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade

Hiperderecho

IBIDem – Instituto Beta para a Internet & a Democracia

Idec – Instituto de Defesa de Consumidores

InfoCria

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

Iniciativa Educação Aberta – UnB

Instituto Alana

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase

Instituto Brasileiro de Políticas Digitais – Mutirão

Instituto Panamericano de Derecho y Tecnología – IPANDETEC

Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife – IP.rec

Instituto de Referência em Internet e Sociedade – IRIS

Instituto Panamericano de Derecho y Tecnología – IPANDETEC

Instituto Physis – Cultura & Ambiente

Instituto Telecom

Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social

Jararaca: Laboratório de Tecnopolíticas Urbanas – PUCPR

Juliana Tavares

Laboratório de Cultura Digital – UFPR

Laboratório de Políticas de Comunicação – UnB

Laboratório de Políticas Públicas e Internet – LAPIN

Laboratório do Futuro – UFC

Lavits – Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade

Movimento Desconecta

Movimento FeliciLab

Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH Brasil

Núcleo Digital – Tecnologias Democráticas

Núcleo de Pesquisa em Didática da História e Interculturalidade Crítica (NUPEDHIC) – Brasil

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos – UFG

OBSERVACOM (Observatorio Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia)

ONG Amaranta

Open Knowledge Brasil

Rede Nacional de Combate à Desinformação – RNCD Brasil

Repórteres Sem Fronteiras (RSF)

Sleeping Giants Brasil

TechMOV (Coletivo de Tecnologia ligado ao Movimento Internacional de Juventudes)

TEDIC

Teia de Criadores

The Tor Project

Usuarios Digitales

ASSINE AQUI:

Campos marcados com * são requeridos

Nome da organização signatária: *

Name of the signatory organization:

Nombre de la organización firmante:

Nome completo do representante da organização *

Full name of organization representative:

Nombre completo del representante de la organización:

E-mail *

**Concordo com a
Política de Privacidade ***

I agree with the Privacy Policy

Leia a política aqui / Read here:

<https://direitosnarede.org.br/politica-de-privacidade/>

Enviar



Quem Somos
Nossas Causas
Acesso

ENGLISH ESPAÑOL

Dados Pessoais

Cadastrar no Informativo

Eleições

da CDR

Inteligência Artificial

Liberdade de Expressão

Vigilância

Campanhas

Notícias

Notas

Podcasts

CDR na Mídia

Cartilhas

Contato

Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade da Coalizão Direitos na Rede

CC BY-SA - Desenvolvido em Wordpress pela Cooperativa EITA

Gerenciar o consentimento